

Bruxelas, 3 de Outubro de 2007

## **Uma Europa confiante, aberta e reformista, que promova activamente o interesse europeu, pode assegurar o bem-estar dos seus cidadãos na era da globalização, afirma a Comissão num documento destinado à Cimeira da UE**

*A Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego constitui o contexto adequado para a resposta da Europa à globalização. O seu aprofundamento permitirá criar a riqueza necessária para concretizar na prática os valores essenciais da Europa de inclusão social e de solidariedade europeia e internacional. Tal significa aumentar a capacidade de adaptação da UE para proporcionar bem-estar aos seus cidadãos de forma sustentável. São estes os principais temas abordados num documento da Comissão Europeia destinado a ser debatido pelos Chefes de Estado e de Governo da UE na Cimeira Informal a realizar em Lisboa em 18 e 19 de Outubro, adoptado hoje pela Comissão. Este documento vem dar resposta ao pedido formulado pelo Conselho Europeu da Primavera realizado este ano no sentido de ser apresentado um relatório intercalar sobre a estratégia de Lisboa. Refere que a Europa já está a alcançar êxitos notáveis, influenciando o processo de globalização, no contexto da abordagem geral acordada na Cimeira de Hampton Court de Outubro de 2005 centrada na Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego, tal como renovada na Primavera de 2005 após o seu lançamento em 2000. No entanto, porque a globalização está em constante evolução, a Europa deve assegurar que as suas políticas externa e interna se reforcem mutuamente e uma permanente disponibilidade para adaptar estas políticas à luz dos acontecimentos, como as mudanças nos mercados da energia ou o recente período de instabilidade financeira. O documento intitula-se: O interesse europeu: ter êxito na era da globalização.*

O Presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso, afirmou: “A razão de ser da UE no século XXI é óbvia: preparar a Europa para um mundo globalizado. Para tal, temos de investir nas pessoas, no crescimento e no emprego, na segurança energética, na luta contra as alterações climáticas, na obtenção de resultados em benefício dos consumidores e no reforço da cooperação na luta contra a criminalidade e o terrorismo. Os líderes europeus devem agora manter o rumo e redobrar de ambição.

*O proteccionismo não pode tornar a Europa mais próspera. O proteccionismo empobrecerá, e não protegerá, os nossos cidadãos. Todavia, não somos nem ingénuos, nem laxistas. Podemos exigir igualdade de condições e fá-lo-emos. Pretendemos obter uma maior abertura da parte de outros países. O desafio consiste em proteger sem cair no proteccionismo. Demonstrámos aliás como fazê-lo há apenas algumas semanas, com as nossas propostas para concluir o mercado interno da energia.”*

De entre os objectivos políticos identificados no documento para debate contam-se os seguintes: dar um impulso às reformas económicas com vista a permitir uma prosperidade sustentada; dar maiores oportunidades aos cidadãos, garantindo um maior acesso ao emprego, educação, serviços sociais, cuidados de saúde e outras formas de protecção social; lutar contra a pobreza na Europa e no mundo; adoptar e aplicar as directivas que a Comissão irá propor em Dezembro com vista a alcançar os objectivos de redução dos gases com efeito de estufa e de utilização das fontes de energia renováveis; construir um mercado interno do século XXI baseado na análise do mercado único que a Comissão irá publicar em Novembro; tornar a imigração legal para a UE um motor de crescimento económico e pôr termo à imigração clandestina.

O documento aponta para uma confiança renovada na capacidade de a Europa produzir resultados, com base num melhor desempenho económico, nas ambiciosas decisões sobre alterações climáticas tomadas no Conselho da Primavera de 2007 e no êxito alcançado pelo Conselho Europeu de Junho ao chegar a acordo sobre um mandato para a adopção do Tratado Reformador.

O documento dá especial ênfase à dimensão externa da política económica. Torna evidente o facto de a UE, um mercado único de 500 milhões de pessoas, o maior exportador mundial de bens e serviços e o maior importador de bens, ser um dos principais beneficiários de um sistema económico aberto a nível mundial. Este poder económico confere à Europa capacidade para intervir positivamente na abordagem das questões mundiais e para assegurar que a governação comercial internacional e as normas regulamentares mundiais reflectam os interesses europeus. As empresas de países terceiros serão bem-vindas para desenvolver as suas actividades e para criar postos de trabalho na UE, mas não será permitido que contornem as regras aplicadas às empresas europeias no mercado único. É importante que a UE se mantenha aberta e que utilize a sua influência nas negociações internacionais para obter uma maior abertura da parte de outros países e para se defender contra as práticas comerciais desleais.

O documento faz igualmente referência à análise completa da Comissão do funcionamento da União Monetária Europeia cerca de 10 anos após o lançamento do euro. Esta análise apresentará ideias sobre o modo como as políticas, a coordenação e a governação podem contribuir para que a área do euro funcione com a máxima eficácia. O documento salienta o facto de o euro já ter provado ser uma referência de estabilidade que protegeu a economia da UE no seu conjunto e não apenas a área do euro. As reformas realizadas nos últimos anos tornaram as economias europeias mais sólidas, contribuíram já para as tornar mais resistentes perante os elevados preços da energia e ajudarão a fazer face à recente instabilidade dos mercados financeiros.

A Comissão apresentará em Dezembro, para debate e adopção no Conselho Europeu da Primavera de Março de 2008, o seu relatório anual sobre os progressos realizados na execução da Estratégia de Lisboa renovada para o crescimento e o emprego. Este relatório incluirá uma apreciação pormenorizada dos progressos a nível da UE e em cada Estado-Membro, essencialmente nos quatro domínios de intervenção prioritários da I&D e da inovação, do contexto empresarial, do investimento nas pessoas e da energia e das alterações climáticas.

Entretanto, o documento hoje adoptado, dirigido aos Chefes de Estado e de Governo, confirma a selecção destes quatro domínios prioritários e salienta os êxitos significativos, mas torna clara a necessidade urgente de acelerar e aprofundar ainda mais o processo de reforma, a fim de concretizar todo o potencial não explorado em matéria de crescimento e emprego.

De entre as iniciativas referidas no documento com vista a realizar esse potencial conta-se uma “Lei relativa às pequenas empresas” para a Europa, devendo ser apresentadas propostas abrangentes até ao final de 2008.

O texto integral do documento da Comissão será disponibilizado em:

[http://ec.europa.eu/commission\\_barroso/president/press/reports/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/commission_barroso/president/press/reports/index_pt.htm)